

Relatório de Gestão e Contas

PRESENTE
EM REUNIÃO DE

14 ABR. 2016

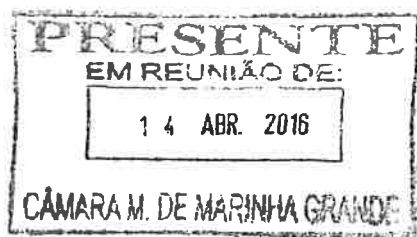
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

2015



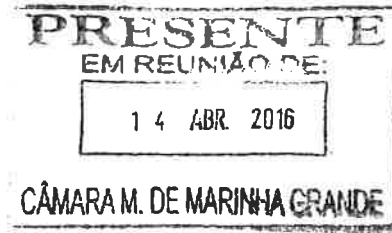
TUMG

TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE



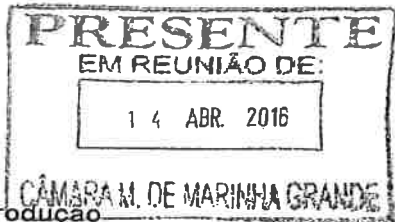
Índice

Relatório de Gestão	3
Balçoço	32
Demonstração de Resultados	33
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	35
Anexo	37
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal de Contas	



**TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M.
Unipessoal, S.A.**

RELATÓRIO DE GESTÃO



ANO : 2015

1 - Introdução

A Tumg – Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a) O transporte de passageiros;
- b) A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

O presente relatório de gestão e contas, elaborado no cumprimento do disposto nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 26.º n.º 1 alínea g) dos Estatutos da Empresa e no artigo 42.º n.º 1 alínea d) da citada Lei 50/2012, expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2015.

Pretende ser uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Tumg, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

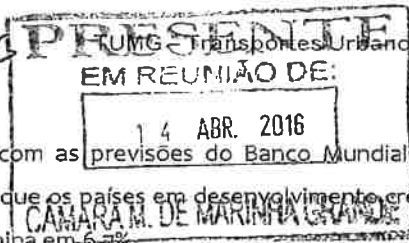
2.1. A Nível Internacional

Os últimos dados divulgados pelo Banco Mundial confirmam um crescimento da economia global de 2,4% em 2015, tendo no entanto reduzido as previsões de crescimento da economia mundial em 2016 de 3,3%, previstos em julho, para 2,9%, de acordo com o relatório “Perspetivas Económicas Globais”, divulgado pela instituição.

Em 2015, o crescimento foi menor do que o esperado, em função da queda do preço das matérias-primas, da retração do comércio internacional e do fluxo de capitais, bem como da volatilidade financeira, destaca o banco.



01/10/2015 01



Relatório de Gestão e Contas

Ano 2015

Ainda de acordo com as previsões do Banco Mundial, a economia está a aumentar o ritmo de crescimento, pelo que os países em desenvolvimento crescerão em 4,8%, os EUA em 2,7%, a zona do euro em 1,7% e a China em 6,7%.

“Segundo a previsão, as economias emergentes crescerão 4,8% em 2016, ou seja, menos do que o esperado, após o menor nível de crescimento das mesmas desde a crise, em 4,8% no ano que passou. Também segundo a previsão, o crescimento será novamente reduzido na China, enquanto a Rússia e o Brasil permanecerão em recessão em 2016”, alerta o relatório.

Segundo o vice-presidente e Economista Chefe do banco, Kaushik Basu, os riscos aumentaram nos últimos seis meses e será necessária uma política qualificada a ser implementada pelos bancos centrais na área monetária e pelos governos na área fiscal.

O principal obstáculo ao crescimento económico mundial serão os países emergentes, informa o banco. “O fraco crescimento nos grandes mercados emergentes exercerá influência negativa sobre o crescimento global em 2016. No entanto, a atividade económica deverá sofrer um leve aumento até 2,9%, comparando com o de 2,4% em 2015, à medida que as economias desenvolvidas acelerarem”, explica o relatório.

O PIB da segunda economia mundial (China) cresceu 6,9% em 2015, o menor percentual em 25 anos, muito abaixo do crescimento de dois dígitos apresentado durante anos.

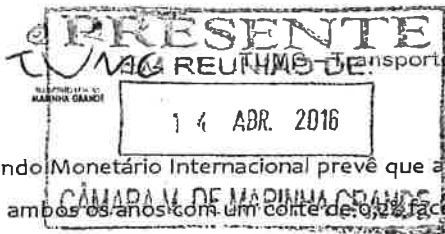
A economia chinesa seguirá um curso de desaceleração da economia. O PIB da China crescerá 6,7%, contra 6,9% registados em 2015. A região da Ásia e do Pacífico cresceu 4,6% no ano passado, sem considerar a China na equação. Os riscos para esta região estão relacionados com a possibilidade da desaceleração da economia chinesa ocorrer antes do esperado. O Banco Mundial também previu riscos de volatilidade financeira na região.

Quanto à América Latina, em geral, há previsão de lenta recuperação, após a recessão de 0,9%, sofrida em 2015, mas o crescimento será nulo. No Médio Oriente o crescimento será de 5,1%, contra 2,5% em 2015, em função da retirada das sanções ao Irão, que, desse modo, desempenhará um papel estratégico nos mercados globais de energia.

O mesmo relatório alerta ainda que “No médio Oriente permanecem os riscos de escalada dos conflitos e da queda dos preços do petróleo”.

O sul da Ásia apresenta boas perspetivas de crescimento e deve apresentar o resultado de 7,3%, contra os 7% de 2015. O relatório realça ainda que, desde o ano passado, a Índia passou a liderar o crescimento económico global, com estimativas de expansão de 7,3% em 2015, 7,8% este ano e 7,9% em 2017 e 2018.

Para o continente africano, o crescimento, excluindo os países do norte de África, será de 4,2%, contra 3,4% registados em 2015, segundo as previsões do Banco.



U
O Fundo Monetário Internacional prevê que a economia mundial vá crescer 3,4% em 2016 e 3,6% em 2017, ambos os anos com um corte de 0,2% face às previsões anteriores de outubro.

O FMI manteve as suas previsões sobre o crescimento da China de 6,3% em 2016 e de 6% em 2017, o que, contudo, representa uma forte desaceleiração em relação ao crescimento de 6,9% em 2015 e de 7,3% em 2014.

"Nós não vemos uma grande mudança nos fundamentos da China comparado ao que vimos há seis meses, mas os mercados estão certamente bastante assustados com pequenos eventos que eles acham difíceis de interpretar", afirmou o Economista Chefe do FMI, Maurice Obstfeld.

Nas palavras de Maurice Obstfeld, os mercados financeiros globais parecem estar a reagir de modo exagerado à queda dos preços do petróleo e à China. "Não é um exagero sugerir que os mercados podem estar a reagir de forma muito forte às pequenas evidências num ambiente de volatilidade e aversão ao risco", afirma Obstfeld.

Esta instituição prevê ainda para os Estados Unidos um crescimento de 2,1%, 0,2% abaixo da expectativa de outubro, sobretudo devido ao impacto que a valorização do dólar tem sobre as exportações.

O continente europeu é o único bloco que teve uma revisão em alta, de 0,1%, graças ao desempenho das economias de Alemanha e Espanha: a região deve crescer 1,7% em 2016, sendo que em outubro passado a previsão do FMI era de um crescimento de 1,6%.

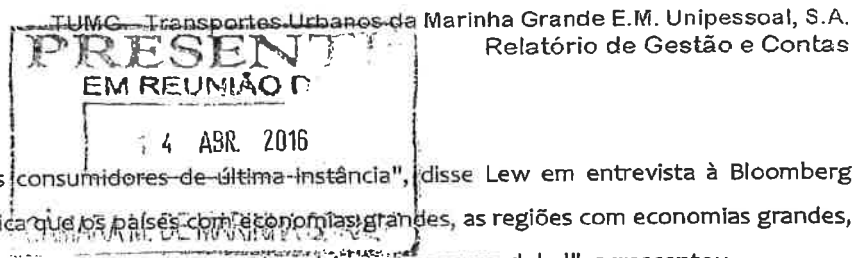
A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) reviu a sua previsão de crescimento mundial em 2016, para 3%.

O FMI pediu ao G20, constituído pelos países industrializados do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido); por 12 emergentes (Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, Rússia, África do Sul e Turquia) e pela União Europeia (UE), que esses países adotem "respostas políticas vigorosas à escala nacional e multilateral para enfrentar os riscos e colocar a economia num caminho de maior prosperidade".

O G20 enfrenta atualmente novos desafios, como a queda do preço do petróleo, a perspectiva de "Brexit" (saída do Reino Unido da UE) e a queda gradual das bolsas mundiais desde o início do ano.

Confirma a preocupação com o facto dos países emergentes terem deixado de atuar como motores da economia mundial e dois deles (Brasil e Rússia), encontrarem-se em recessão.

De acordo com o Secretário americano do Tesouro, Jack Lew, o mundo não enfrenta uma nova crise e criticou os países que querem que os Estados Unidos assumam o papel de locomotiva da economia mundial.



"Não podemos ser os consumidores de última instância", disse Lew em entrevista à Bloomberg Television. "Isso significa que os países com economias grandes, as regiões com economias grandes, têm que fazer uso dos seus instrumentos para impulsionar a procura global", acrescentou.

2.2. A Nível Nacional

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto cresceu 1,5% no conjunto de 2015 e 0,2% no último trimestre do ano face aos três meses anteriores.

Segundo o INE, a economia portuguesa cresceu 1,3% no quarto trimestre do ano, em termos homólogos (variação de 1,4% no trimestre anterior).

No ano passado, o PIB aumentou 1,5% em volume, mais 0,6 pontos percentuais que o verificado no ano anterior (0,9%), com o contributo da procura interna para a variação anual do PIB a aumentar, situando-se em 2,5 pontos percentuais em 2015 (2,2 pontos percentuais em 2014).

A procura interna aumentou 2,4% em termos reais (2,2% no ano anterior), devido ao crescimento mais intenso das despesas de consumo final, uma vez que o investimento desacelerou.

Quanto à procura externa líquida, registou "um contributo menos negativo", passando de -1,3 pontos percentuais em 2014 para -1 pontos percentuais, refletindo a aceleração das exportações de bens e serviços.

O INE destaca ainda que se verificou "um significativo ganho de termos de troca", com o deflator das importações a registar uma queda pronunciada, devido à diminuição dos preços dos bens energéticos.

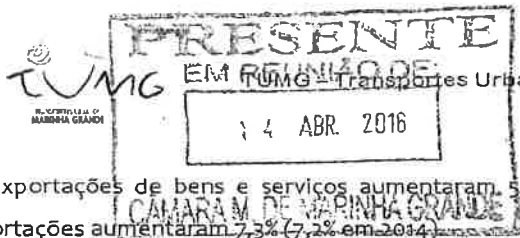
O consumo privado também acelerou 2,6% em 2015 (2,2% no ano anterior), devido ao crescimento mais intenso da componente de bens não duradouros e serviços, com um aumento de 1,9% em 2015 (taxa de 1,3% no ano precedente).

Tendência contrária, verificou-se nas despesas de consumo final das famílias residentes em bens duradouros, que desaceleraram, embora mantendo um crescimento acentuado (taxas de 14,6% e 11,4% em 2014 e 2015, respetivamente), refletindo sobretudo a evolução da componente automóvel.

As despesas de consumo final das administrações públicas registaram um aumento de 0,8%, em termos reais, após as diminuições consecutivas verificadas nos cinco anos anteriores (redução de 0,5% em 2014).

O Investimento desacelerou, passando de um crescimento de 5,5% em volume em 2014, para 3,6%, devido ao comportamento da variação de existências, que apresentou um contributo nulo para a variação do PIB em 2015.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 3,7% em 2015 (2,8% em 2014), graças sobretudo à recuperação da FBCF em Construção, que passou de uma queda de 3,2% em 2014 para um crescimento de 4,1%.



As exportações de bens e serviços aumentaram 5,1% (aumento de 3,6% em 2014), enquanto as importações aumentaram 7,3% (7,2% em 2014).

As exportações de bens passaram de um aumento de 3,6%, em 2014, para 5,8% em 2015, enquanto as exportações de serviços registaram um crescimento menos acentuado, passando de uma variação de 5% para 3,1%, devido à componente de outros serviços, continuando a verificar-se um crescimento significativo da componente de turismo.

As importações de bens passaram de uma variação de 6,7% em 2014 para 7,8%, enquanto as importações de serviços registaram uma acentuada desaceleração, com taxas de 10,3% e 4,3% em 2014 e 2015, respetivamente.

O saldo externo de bens e serviços, em termos nominais, aumentou de 0,4% do PIB em 2014 para 0,8% do PIB em 2015.

Por outro lado, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 1,1% em volume.

O emprego para o conjunto dos ramos de atividade registou uma subida de 1,4% em 2015, taxa idêntica à observada no ano anterior e o emprego remunerado manteve um crescimento de 1,8%.

No que diz respeito às contas do quarto trimestre do ano passado, em termos homólogos, a procura externa líquida apresentou "um contributo ligeiramente mais negativo para a variação homóloga do PIB", refletindo a desaceleração das exportações de bens e serviços mais intensa que a das importações de bens e serviços.

Por sua vez, o contributo da procura interna manteve-se em 2,1 pontos percentuais no quarto trimestre.

Face ao terceiro trimestre, a economia portuguesa cresceu 0,2% em termos reais (0,1% no terceiro trimestre).

O INE explica que "o contributo da procura interna foi negativo" devido à queda do investimento, enquanto a procura externa líquida contribuiu positivamente, devido ao crescimento das exportações de bens e serviços.

A estimativa da população desempregada entre os 15 e os 74 anos, que já considera valores ajustados de sazonalidade, foi de 619,5 mil pessoas, o que significa um decréscimo de 0,2% face ao valor definitivo obtido para dezembro de 2015 (menos 1,1 mil pessoas).

Em dezembro de 2015, estavam desempregadas 620,6 mil pessoas, menos 1,2% (7,2 mil) do que em novembro.

Em janeiro de 2016 registou-se um decréscimo mensal na população desempregada de mulheres (0,3% e 1,1 mil pessoas) e de jovens (1,0% e 1,0 mil pessoas), mantendo-se os valores relativos a homens e adultos praticamente inalterados.

A taxa de desemprego dos jovens situou-se em 29,9%, uma diminuição de 0,2 pontos percentuais face ao mês anterior.

Quanto à população empregada em janeiro, a estimativa provisória do INE aponta para as 4.477,6 mil pessoas, menos 0,1% do que em dezembro de 2015 (4,4 mil).

A economia portuguesa terminou o ano de 2015 com uma capacidade de financiamento equivalente a 1,1% do produto interno bruto (PIB). Ou seja, tudo somado, Estado, famílias e empresas pouparam mais do que aquilo que gastaram ao longo de 2015.

Este valor representa uma ligeira quebra face a 2014, quando o indicador se tinha fixado nos 1,4%. Antes do resgate a Portugal, o país apresentava necessidades de financiamento superiores a 7% (o valor mais negativo foi observado no terceiro trimestre de 2008, com -11,7% do PIB).

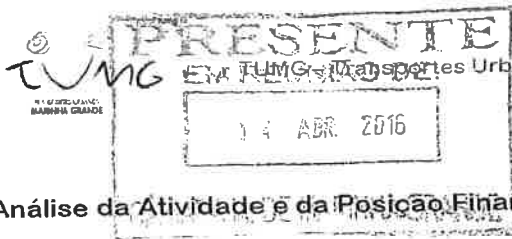
Este indicador, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, traduz a capacidade dos três grandes sectores institucionais – famílias, empresas e Estado – emprestarem ou pedirem emprestado a terceiros. Um valor negativo significa que têm de pedir dinheiro emprestado para se financiarem.

Este excedente de 1,1% verificado em Portugal é um reflexo de um défice de 4,4% do PIB, mas que no entanto é mais do que compensado por um excedente de 0,8% das famílias, 0,6% das empresas não financeiras e de 4,2% das sociedades financeiras.

Surgiram no último trimestre de 2015, algumas novidades significativas, como por exemplo as necessidades de financiamento do Estado que aumentaram 1,3 pontos percentuais face ao trimestre anterior, sobretudo devido à operação Banif.

Simultaneamente, o excedente do sector financeiro deu um salto expressivo, de 2,2% para 4,2% do PIB.

Entre as empresas não financeiras, a capacidade de financiamento praticamente não se alterou (passou de 0,5% para 0,6%), enquanto as famílias e instituições sem fins lucrativos viram a essa capacidade cair de 1,6% para 0,8% do PIB.



3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

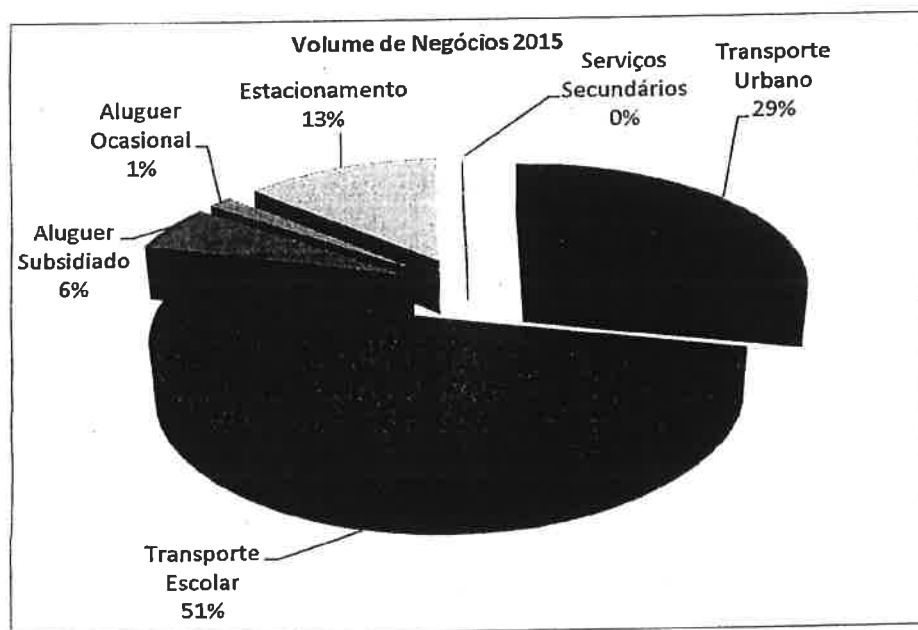
Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o principal intuito de servir a população da Marinha Grande.

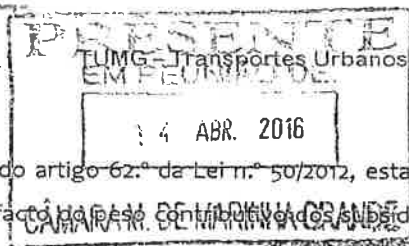
No exercício de 2015, a Tumg obteve um resultado positivo, o qual reflete a continuação do esforço conducente à contenção de gastos e a assunção de medidas de redução de custos, através da gestão criteriosa dos ativos da empresa, perspetivando o seu equilíbrio financeiro.

O volume de negócios atingiu um valor de 468.965,75 €, tendo obtido o resultado líquido positivo de 4.800,42 €.

Volume de Negócios 2015	
Transporte Urbano	134.905,70
Transporte Escolar	237.771,32
Aluguer Subsidiado	27.359,50
Aluguer Ocasional	7.421,14
Estacionamento	59.908,09
Serviços Secundários	1.600,00
Total	468.965,75

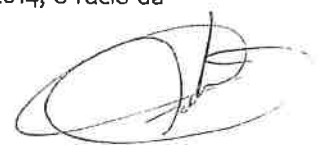
O volume de negócios traduz-se na contribuição líquida de cada sector de atividade, conforme apresentado no gráfico seguinte:





A alínea b) do n.º do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, estabelece como critério de solvabilidade das empresas locais, o facto do peso contributivo dos subsídios à exploração não poder ser superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos anteriores ao exercício em reporte. Nesta matéria, a Tumg cumpre uma vez mais este requisito, na medida em que, para o exercício de 2014, o rácio da indemnização compensatória/rendimentos totais, situou-se nos 46%.

LA



3.1. Transporte Urbano

A Tumg continua a garantir a função social deste segmento de atividade, pelo que, pelo quinto ano consecutivo e por orientação direta do acionista, não se verificou qualquer aumento no tarifário dos transportes urbanos, que consta da tabela seguinte.

Tarifário	
TÍTULOS DE TRANSPORTE	
Passe	Gerai
	Jovem
	Senior
Pré-Comprado	10 Viagens
Bilhete de 1 Viagem	
1/2 bilhete de 1 Viagem	

Nos transportes urbanos da Marinha Grande, a terceira idade e a população escolar evidenciam os maiores índices de utilização, sendo que para estes segmentos etários, o preço do passe é subvencionado, o que se traduz em tarifas socialmente acessíveis mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, pelo que o subsídio à exploração foi calculado de modo a garantir a cobertura do *deficit* de exploração.

Nesta matéria, não existem quaisquer apoios por parte da Administração Central.

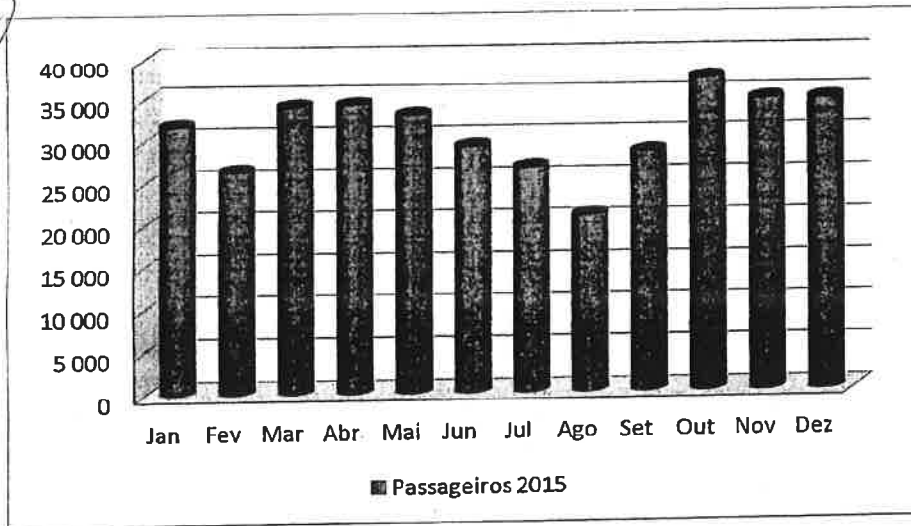
Nos próximos gráficos e tabelas estão representados o nº de passageiros transportados mensalmente e por linha, que se traduzem no nº de viagens (validações) registadas pelo sistema de bilhética. Da sua análise, constata-se uma ligeira diminuição do nível de utilização dos transportes urbanos, face ao ano anterior:

Em termos absolutos e face a 2014, registámos uma diminuição global de 1% no número de viagens (validações). Comparativamente a 2013, verifica-se um aumento global de 1,3%, que representa um acréscimo de 4.760 viagens.

CA



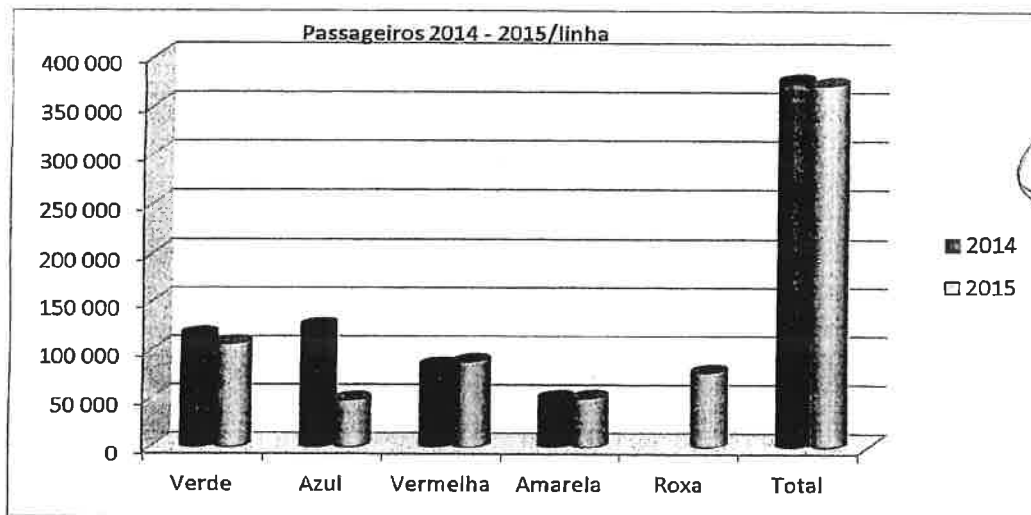
(Handwritten scribble)



Passageiros 2015												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
31.759	26.325	34.065	34.272	33.020	29.180	26.634	20.888	28.407	37.242	34.614	34.614	371.020

Nº Passageiros			
Linha	2014	2015	Varição
Verde	116.001	106.500	
Azul	124.753	48.674	
Vermelha	84.147	88.106	
Amarela	50.319	50.484	
Roxa		77.256	
Total	375 220	371.020	-1.12%

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
14 ABR. 2016
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

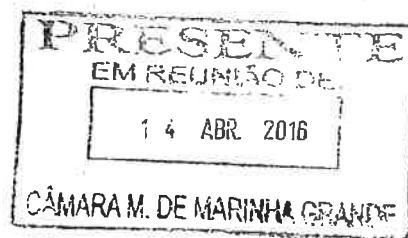


Todas as linhas registaram um ligeiro aumento do nº de viagens relativamente a 2014, à exceção da linha verde.

Para comparar com o exercício de 2014, as validações da atual linha azul devem ser somadas às da linha roxa, na medida em que esta resultou da divisão e reestruturação da antiga linha azul.

A receita dos transportes urbanos teve a seguinte variação relativamente a 2014:

Receita Transportes Urbanos		
Ano	Valor	Variação
2015	134.905,70	-10.20 %
2014	150.229,47	

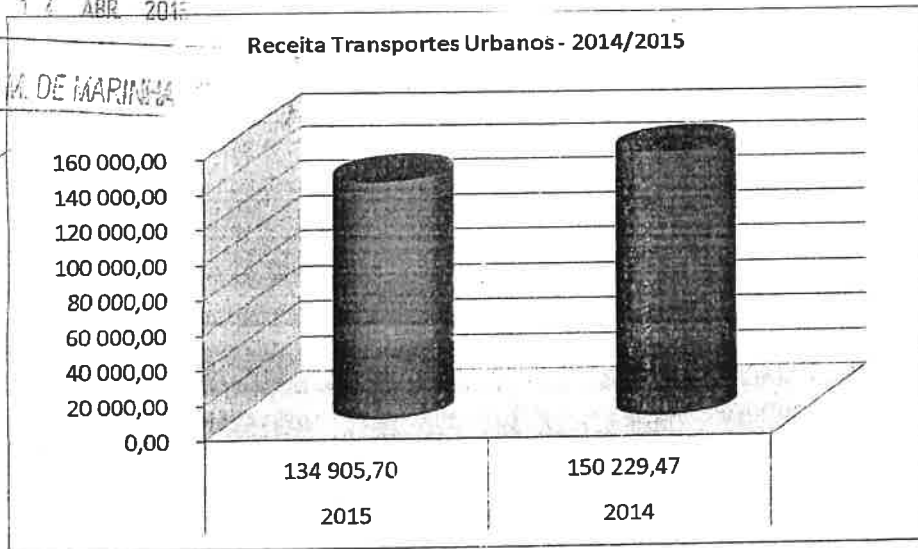


PRESENGA EM REUNIAO

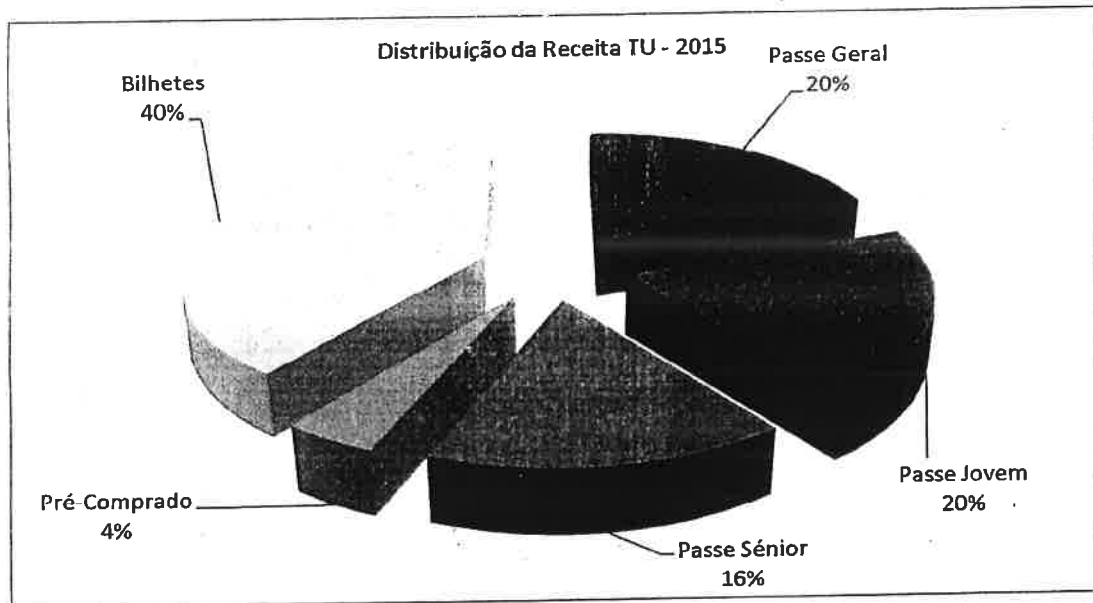
17 ABR 2015

CAMARA M. DE MARINHA

Receita Transportes Urbanos - 2014/2015



Distribuição da Receita TU - 2015



Receita Transportes Urbanos por Título de Transporte

Título de Transporte	Passe Geral	Passe Jovem	Passe Sénior	Pré-Comprado	Bilhetes	Total
2015	26.915,97	27.135,28	21.750,19	5.848,94	53.255,32	134.905,70
2014	30.909,35	29.421,01	22.098,44	2.761,30	65.039,37	150.229,47
Variação	-3.993,38	-2.285,73	-348,25	+3.087,64	-11.784,05	-15.323,77
	-12,92%	-7,77%	-1,58%	+111,82%	-18,12%	-10,20%

A par da diminuição global de 1% no número de viagens (validações) em 2015, verifica-se que a receita também sofreu um decréscimo na ordem dos 10%.

Todos os títulos de transporte, à exceção das viagens pré-compradas, sofreram um decréscimo na receita, conforme o quadro infra.

Comparando o número de viagens (validações) registadas em 2015 e 2014, constata-se uma diferença de apenas menos 4.200 validações mas que em termos de receita se traduz num diferencial de menos 15.323,77 €.

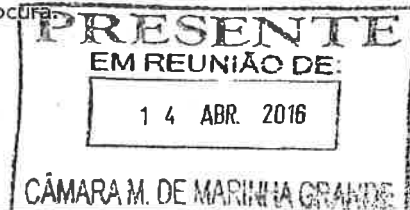
Constata-se que a receita proveniente dos passes gerais e dos bilhetes vendidos a bordo (sendo estes os que representam um custo mais elevado para os Utentes), foi a que sofreu um maior decréscimo, tendo-se no entanto verificado um aumento de 111% dos bilhetes pré-comprados.

Podemos concluir que, apesar do ligeiro decréscimo da receita obtida com a venda dos passes jovem e sénior, estes foram os que registaram um maior índice de utilização em 2015, o que vem reforçar o tipo de perfil dos nossos passageiros (sobretudo jovens e idosos).

Consideramos que esta diminuição também se deve à recuperação económica que se tem vindo gradualmente a verificar. O principal motivo para a utilização dos transportes urbanos, é económico. Não é pelo facto de ser mais agradável, mais ecológico ou mais rápido que o número de utilizadores aumenta. A principal razão centra-se no facto de ser mais económico, o que em períodos de crise, exponencia a sua utilização.

A filosofia que presidiu à criação da Tumg, enquanto empresa municipal de gestão de serviços de interesse local, foi a de racionalização de recursos, através da agilização da gestão dos serviços que constituem o seu objeto social, de modo a proporcionar uma maior satisfação dos Utentes, conducente à melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

No imediato, pretende-se consolidar as alterações efetuadas e posteriormente estudar potenciais alterações que possam contribuir para a melhoria do serviço prestado à população, designadamente no que se refere à acessibilidade (rapidez do percurso e distância até à paragem), fiabilidade (viagens com atrasos inferiores a 5 minutos), a adequação da tipologia das viaturas (lotação e características dos veículos), aos percursos e às suas necessidades, a frequência desejável de horários e a facilidade de utilização (número de paragens e abrigos), tendentes a um equilíbrio entre a oferta e a procura.



3.2. Estacionamento

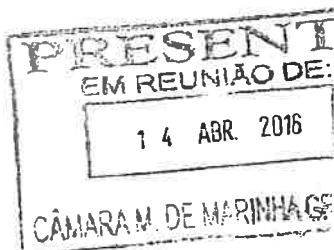
A existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público.

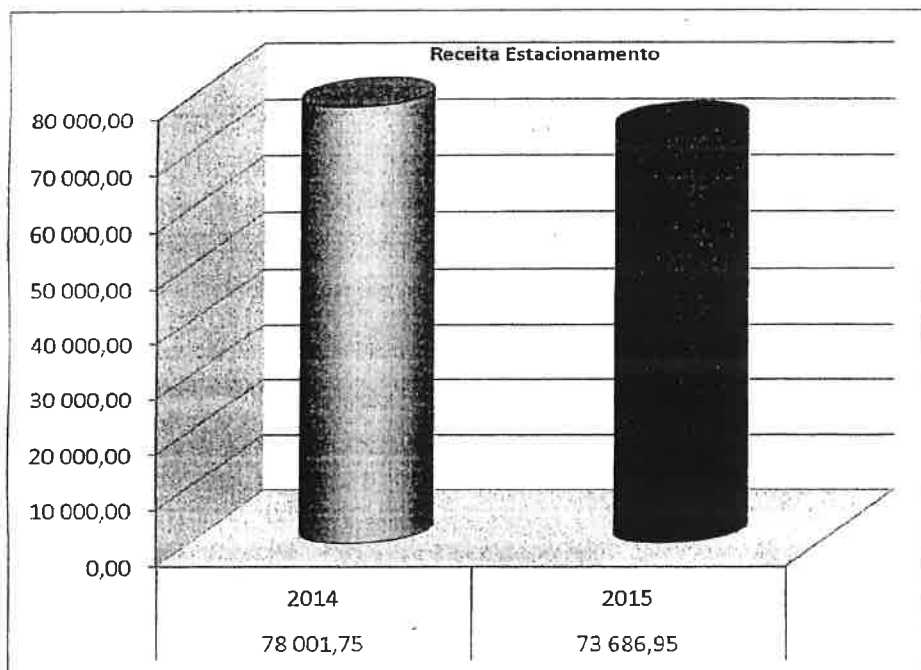
O estacionamento de duração limitada na Cidade da Marinha Grande teve início com a criação de 6 zonas de estacionamento no centro urbano, totalizando 573 lugares de estacionamento, incorporando 21 parcometros. Em 2012 procederam-se a reajustamentos das zonas de estacionamento limitado, que se traduziram na redução do número de lugares de estacionamento onerados, pelo que atualmente aquele número ficou reduzido a 380 lugares.

Os gráficos seguintes confirmam uma ligeira diminuição da receita proveniente do estacionamento, face a 2014, na ordem dos 5,53%, diminuição esta expectável e que se justifica pelo alargamento da oferta de lugares de estacionamento não onerado, designadamente pelo espaço reconvertido da antiga fábrica de vidros J. Ferreira Custódio que oferece 108 lugares gratuitos, constituindo-se como uma alternativa ao estacionamento onerado, bem no centro da Cidade.

Ano	Valor (€)	Varição
2015	73.686,95	- 5,53%
2014	78.001,75	

Nota: Os valores traduzem todas as recolhas efetuadas até 31.12.2015, c/ IVA incluído






CA



De salientar que pelo 5º ano consecutivo desde a sua implementação, o tarifário deste segmento de atividade também não sofreu quaisquer alterações, mantendo-se em vigor valores substancialmente inferiores quando comparados com os tarifários praticados em Concelhos limítrofes. A 31 de dezembro de 2015, o preço a pagar por uma hora, era de 0,40 €:



1ª FRACÇÃO	0,15 euros	15 minutos
	0,20 euros	30 minutos
2ª FRACÇÃO	0,30 euros	45 minutos
	0,40 euros	60 minutos
3ª FRACÇÃO	0,55 euros	75 minutos
	0,70 euros	90 minutos
4ª FRACÇÃO	0,85 euros	105 minutos
	1,00 euros	120 minutos
5ª FRACÇÃO	1,20 euros	135 minutos
	1,40 euros	150 minutos
6ª FRACÇÃO	1,60 euros	165 minutos
	1,80 euros	180 minutos

PRESENTE
EM REUNIAO
14 ABR. 2016
CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

3.3. Transporte Escolar

Em 2015, o transporte escolar representou 51% do volume de negócios da Tumg. Em 2015, este segmento de atividade ainda foi assegurado por meios próprios, na percentagem de 40%, através da utilização de 2 autocarros com capacidade de 18 lugares e um autocarro de 57 lugares, sendo os restantes 60% assegurados através da afetação de 4 autocarros (3 na Marinha Grande e 1 em Vieira de Leiria), resultado da contratualização com uma empresa externa, na sequência do lançamento de um procedimento concursal.

O circuito escolar especial que liga a freguesia da Moita à Marinha Grande, continua a ser assegurado pela Tumg, sendo efetuados diariamente, 5 horários escola/Moita/escola, o que permitiu uma poupança significativa por parte do acionista.

Analisando os mapas e gráficos seguintes, constata-se que o valor da receita obtida representa um resultado ligeiramente inferior ao valor orçamentado, na ordem dos 0,12%.

Em 2015 e em termos absolutos, a receita proveniente dos transportes escolares diminuiu 11.474,56 € face ao exercício de 2014, resultando em menos 4,60%.

Importa referir que o modelo de exploração exposto foi alterado em 2016, de acordo com as necessidades manifestadas pelo acionista. Deste modo e desde janeiro de 2016, apenas uma viatura pertencente à frota da Tumg integra este segmento de atividade, viatura esta de 57 lugares que garante o circuito de transporte escolar da Moita.

As viaturas próprias anteriormente afetas aos transportes escolares estão atualmente ao serviço dos transportes urbanos, o que aumentou o valor da subcontratação deste segmento de atividade, sendo necessário o mesmo número de viaturas (5 para o Concelho da Marinha Grande, 1 para Vieira de Leiria e 1 para a Moita), no entanto, todas elas têm lotação de 55 lugares, de modo a serem aproveitadas para a realização de visitas de estudo, quando inseridas no horário e contexto da atividade escolar.

Por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os valores contratualizados em resultado da consulta ao mercado e subsequentemente com o acionista, sofreram uma redução significativa, em virtude do estatuído neste diploma, que proíbe a prática de preços superiores aos preços de mercado. Resulta que a diminuição da receita proveniente desta área de atividade é consequência da redução de preços, por imposição do próprio mercado, e não da redução do índice de utilização do serviço, porquanto a Tumg continua a assegurar o transporte das crianças e jovens do Município da Marinha Grande, entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino, entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição e entre os estabelecimentos de ensino e locais

diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar, com inclusão de transporte de crianças com necessidades educativas especiais.

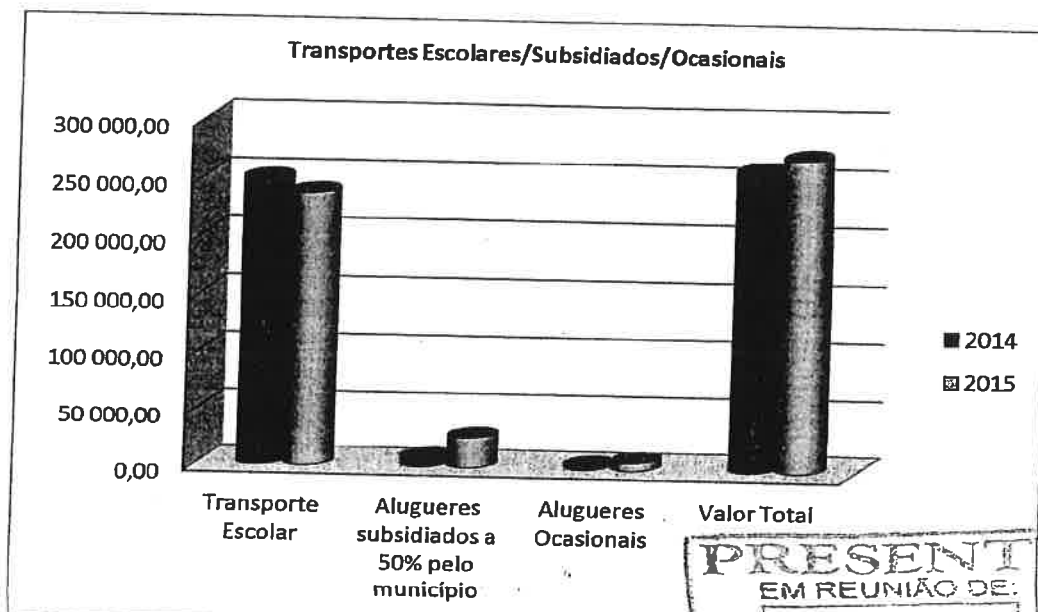


Transporte	2015	Orçamento	Variação
Transporte Escolar	237.771,32	238.059,77	-0,12%
Alugueres subsidiados pelo município	27.359,50	8.421,77	+224,87%
Alugueres Ocasioneis	7.421,14	3.868,69	+91,83%
Total	272.551,96	250.350,23	+8,87%

Relativamente à receita proveniente dos transportes subsidiados a 50% pelo Município, o valor obtido em 2015 superou a previsão estabelecida em sede de orçamento na ordem dos 224,87%, que se justifica pelo crescente apoio de transporte que o Município tem vindo a conceder às instituições do Concelho, na prossecução dos seus projetos culturais, desportivos e sociais de relevo.

No que se refere aos transportes ocasionais (efetuados diretamente pela Tumg a solicitação de várias entidades) também aumentaram na ordem dos 91,83% relativamente ao orçamentado e em 100,39%, quando comparado com o resultado alcançado em 2014.

Globalmente, os transportes escolares, os alugueres subsidiados e os alugueres ocasionais registam em 2015, um aumento de 8,87 % face ao valor previsto e 4,38% em comparação com o exercício de 2014.



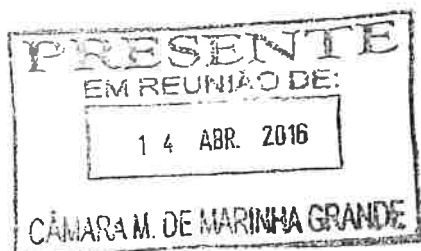
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
14 ABR. 2016
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE
NIPC 505 829 348



TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.
Relatório de Gestão e Contas

Ano 2015

Transporte	2015	2014	Varição
Transporte Escolar	237.771,32	249.245,88	- 4,60%
Alugueres subsidiados pelo município	27.359,50	8.170,38	+ 234,86%
Alugueres Ocasionais	7.421,14	3.703,41	+ 100,39%
Total	272.551,96	261.119,67	+ 4,38%



4 – Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2015, a empresa integrava no seu quadro seis trabalhadores efetivos, sendo três em regime de cedência de interesse público, pelo município.

Durante o ano de 2015, não ocorreram quaisquer entradas ou saídas de trabalhadores.

NOME	CARGO	VÍNCULO
Maria de Fátima Malessso Cardoso	Administradora	Acordo de Cedência de Interesse Público
Paula Alexandra dos Santos Ferreira	Assistente Técnica	Efetiva
Paula Margarida Monteiro Garcia	Assistente Técnica	Efetiva
Vítor Manuel da Silva Paulo	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público
José Manuel Henriques Veras	Motorista	Efetivo
Armando Pereira Pinto	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público

5 – Administração

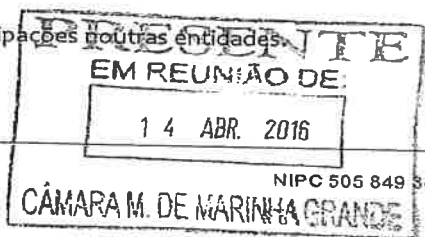
Por deliberação de Câmara de 14 de novembro de 2013, sob proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi nomeado o atual Conselho de Administração, nos termos do artigo 8.º, dos estatutos da empresa, com a seguinte composição:

- Presidente: Paulo Jorge Campos Vicente
- Vogal: Dr.ª Maria de Fátima Malessso Cardoso

Tendo tomado posse no dia 20 de novembro de 2013.

Por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, foi designado como Fiscal Único da Tumg – EM, Unipessoal, S.A., o Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas e como Fiscal Único Suplente, o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos, Revisor Oficial de Contas, tendo a proposta merecido aprovação em reunião da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014, dando cumprimento ao estabelecido no artigo 26.º, n.º3, da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto.

Os membros do Conselho de Administração não têm participações noutras entidades.



6 – Investimento

Em 2015, o investimento em imobilizado atingiu o valor de 218.538,70 €, distribuídos do seguinte modo:

Rúbricas	2015	2014
Ativos Intangíveis		
Programas computador		
Ativos Fixos Tangíveis		
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00
Equipamento Básico	185.749,70	3.894,40
Equipamento Administrativo	32.789,00	2.321,80
Investimento em Curso Ativos Tangíveis		
Total	218.538,70	6.216,20

Equipamento Básico	
2 Autocarros novos	158.600,00
Postaletes e Prumos	1.259,70
6 Abrigos de passageiros	25.890,00
5 Máquinas de bilhética	30.050,00
Subtotal	215.799,70
Equipamento Administrativo	
1 Computador portátil	382,10
Software Datacer (sistema de bilhética)	2.300,00
Software Office	56,90
Subtotal	2.739,00
TOTAL	218.538,70

Do investimento realizado em 2015, destacam-se:

Aquisição de 6 abrigos de passageiros:

- Com o objetivo de melhorar o conforto dos nossos Utentes, procedemos à aquisição de 6 abrigos, com painéis publicitários (mupis) incorporados.

Aquisição de 2 mini autocarros:

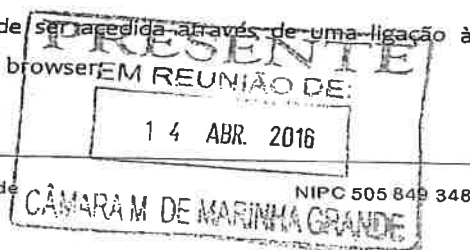
- Até 2015, o modelo de gestão dos transportes urbanos na cidade da Marinha Grande assentava na subcontratação de 9 autocarros necessários para assegurar este serviço.

Página 22
REUNIAO
14 ABR. 2015

- Este Investimento visa a alteração, em vigor desde o início de 2016, do modelo de gestão dos transportes urbanos, que passa essencialmente pela autonomização progressiva quanto aos meios humanos e materiais necessários para garantir a prestação do serviço
- Este investimento visa essencialmente o incremento do segmento dos transportes urbanos, através da redução dos serviços subcontratados.
- Com a aquisição destes 2 autocarros novos, acrescidos dos 3 de que já é proprietária, a necessidade de subcontratação reduziu-se para apenas 4 autocarros + 1 de substituição.
- A Tumg já era proprietária de 3 autocarros *minibuses* (tipologia urbana), adquiridos em 2005 em sistema de leasing, cuja última prestação foi liquidada no dia 20 de novembro de 2015 e o valor residual no dia 20 de dezembro de 2015.
- Deste modo, estamos a rentabilizar os meios operacionais afetos à exploração, de modo a aumentar a eficiência da atividade.
- Atualmente estamos a operar neste segmento de atividade com cerca de 44% de meios próprios

Aquisição de 1 sistema de bilhética:

- Procedemos à aquisição de 1 sistema de bilhética (sistema informático de gestão integrada de transportes), de modo a alcançar níveis cada vez mais elevados de fiabilidade e rapidez, constituído pelas seguintes componentes e características técnicas:
 - o **5 consolas de bordo:**
 - Dotadas de capacidade de processamento e registo de dados operacionais e financeiros;
 - Validação e recarga a bordo de títulos de transporte;
 - o **6 Conectores:**
 - Recetor do Sistema de Posicionamento Global (GPS), módulo de comunicação (GSM e GPRS), capacidade computacional (ARM9, RISC PROCESSOR), armazenamento (MMC, SDCARD, COMPACT FLASH, ou outro) e várias ligações para a transferência bidirecional de informação de uma forma fácil e rápida com outros sistemas (TCP/IP, USB, I/Os, RS232, CAN, I2C).
 - A informação recolhida nas viaturas é totalmente transmitida para um servidor através do módulo GPRS para posterior produção de relatórios, estatísticas e acionamento de alarmes.
 - A consulta da informação pode ser acessada através de uma ligação à internet, recorrendo a uma web browser



- Possibilidade de configurar alarmes, tais como saída da viatura de uma determinada área geográfica, velocidade excessiva, etc.
- Possibilidade de otimização dos transportes de passageiros, através da redução dos custos de comunicação e aumento da eficiência e segurança:
 - Os autocarros podem ser localizados a qualquer hora a partir de qualquer lugar

o Sistema informático de apoio à exploração:

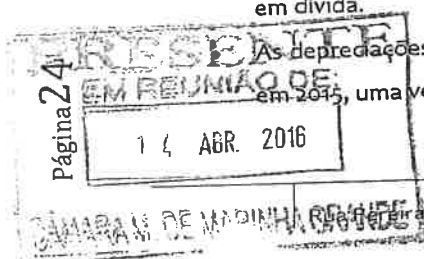
- Servidor do sistema, constituído pelas aplicações que permitem a gestão da informação enviada constantemente pelas consolas dos motoristas dos autocarros;
- Possibilidade de processamento e tratamento da informação de modo a obter dados consolidados e indicadores de funcionamento.
- Possibilidade de consulta de Informação de acordo com as necessidades e perfil do utilizador, ou seja, a informação deverá ser disponibilizada por módulos, o que facilitará atualizações futuras do sistema.
- Análise Estatística / Operacional
 - Disponibilização de relatórios que permitam a monitorização da operação da rede de transportes.
 - Possibilidade de exportação de dados para aplicações standard (EXCEL, PDF).
 - Controle de toda a informação necessária à empresa na perspetiva da exploração, financeira e manutenção.
 - Toda a solução foi desenvolvida num ambiente multiempresa, multi-perfil e multiutilizador, por forma a permitir a criação de diversos tipos de perfis de utilizadores do sistema (e.g. utilizador, administrador).

Este tipo de investimentos reveste-se de grande importância visto que, na prática, os mesmos possibilitam a introdução de melhorias na prestação do serviço, sentidas no imediato pelos utentes

Pressupostos:

- O valor do sistema de bilhética e dos autocarros transitaram no balanço à data de 31-12-2015 em dívida.

As depreciações e amortizações de ambos os investimentos, não foram imputados a gastos em 2015, uma vez que só entraram em funcionamento no início de 2016.



7 - Análise Económica e Financeira

Introdução

Diversos fatores complementares surgidos em 2015, trouxeram implicações na vida da empresa, com reflexos no plano económico e financeiro, que se repercutiram neste exercício, implicando variações relativamente ao previsto no plano de atividades.

Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros		
Rácios		
	2015	2014
Liquidez geral	120,04%	224,11%
Ativo corrente/Passivo corrente		
Liquidez imediata	94,65%	185,26%
Dep. Banc. + Caixa/Passivo Corrente		
Autonomia Financeira	53,74%	73,61%
Capital Próprio/Ativo		
Endividamento	46,26%	26,39%
Passivo/Ativo		
Solvabilidade	116,18%	278,90%
Capital Próprio/Passivo		
Prazo Médio de Recebimentos	5	4
Clientes/Vendas + Prestação de Serv. X 365		
Prazo Médio de Pagamentos	100	65
Fornecedores/Compras + FSE X 365		
Rendibilidade do Capital Próprio	0,74%	12,05%
Resultado Líquido/Capital Próprio		
Rendibilidade Líquida do Ativo	0,40%	8,87%
Resultado Líquido/Ativo		
Rendibilidade Líquida das Vendas e Prest. Serv.	1,02%	16,02%
Resultado Líquido/Vendas + Prest. Serviços		

Rubricas	2015	2014
Ativo Corrente	670 650,84 €	517 703,05 €
Passivo Corrente	558 681,57 €	231 007,64 €
Dep. Bancários + Caixa	528 799,41 €	427 961,99 €
Capital Próprio	649 085,15 €	644 284,73 €
Ativo	1 207 766,72 €	875 292,37 €
Passivo	558 681,57 €	231 007,64 €
Cientes	6 546,39 €	5 576,65 €
Vendas + Prestações de Serviços	468 965,75 €	475 635,20 €
Fornecedores	198 047,63 €	124 473,49 €
Compras + FSE	721 857,70 €	695 927,28 €
Resultado Líquido do Exercício	4 800,42 €	77 610,97 €

Financiamento

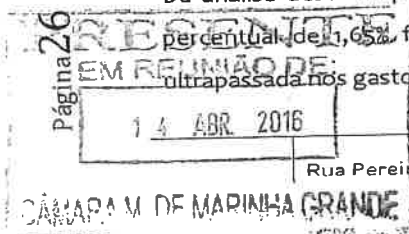
Em 2015 a empresa foi autossuficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

Rendimentos

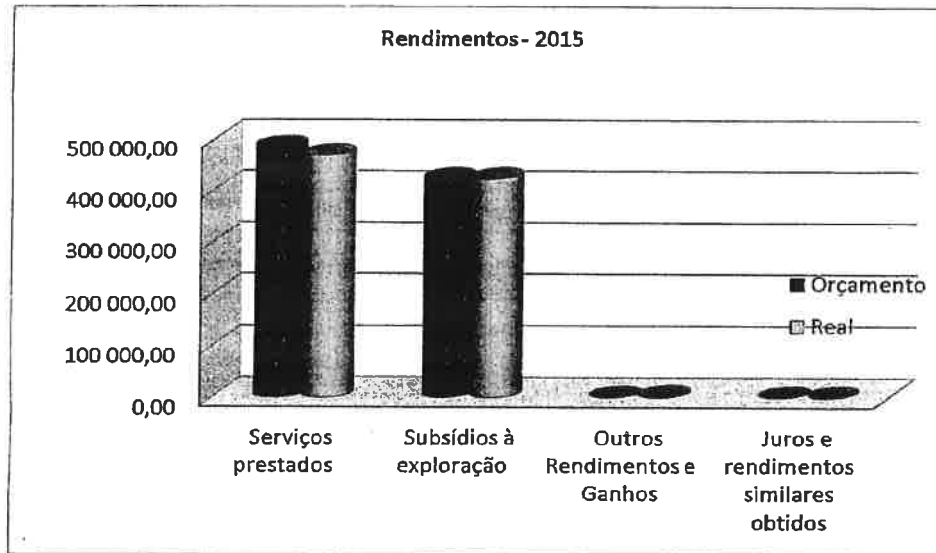
Para o ano de 2015 a nossa previsão orçamental foi de 910.568,99 €. No entanto os valores realizados foram de 895.559,32 €.

Rubricas	2015		
	Orçamento	Real	Varição
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	485 346,41	468 965,75	-3,37%
Subsídios à exploração	423 216,81	423 216,81	0,00%
Reversões	0,00	350,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	1 160,00	2 323,99	+100,34%
Juros e rendimentos similares obtidos	845,77	702,77	-16,91%
Total	910 568,99	895 559,32	-1,65%

Da análise deste mapa, constata-se uma redução nos rendimentos, corresponde a uma diferença percentual de 1,65% face à previsão orçamental. No entanto, esta redução no rendimento foi ultrapassada nos gastos e perdas, que registaram um desvio de menos 2,09%.



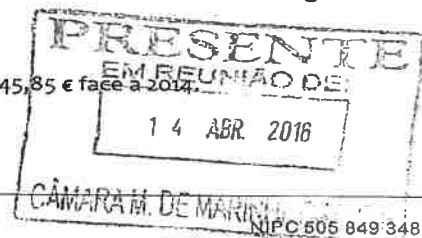
O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do rédito, para o período em análise.



Rubricas			
Rendimentos e Ganhos	2015	2014	Variação
Serviços prestados	468 965,75	475 635,20	-1,40%
Subsídios à exploração	423 216,81	449 062,66	-5,76%
Reversões	350,00	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	2 323,99	49 710,72	-95,32%
Juros e rendimentos similares obtidos	702,77	1 602,18	-56,14%
Total	895 559,32	976 010,76	-8,24%

No que refere aos rendimentos, importa proceder aos seguintes esclarecimentos:

- Os rendimentos obtidos com a prestação de serviços, em termos absolutos, foram inferiores em 6.669,45 € face a 2014. Este valor resulta da diminuição da receita proveniente dos transportes urbanos e do estacionamento e do aumento da receita dos alugueres dos autocarros.
- O subsídio à exploração em 2015 foi inferior em 25.845,85 € face a 2014.



- A rubrica “Outros rendimentos e Ganhos”, inclui uma penalidade contratual no valor de 1.351,30 €, aplicada ao prestador de serviços dos transportes urbanos. Em 2014, está também incluída uma penalidade contratual no valor de 49.538,50 €.

Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2015 foi de 909.787,49 €.
O realizado foi de 890.758,90 €. No global apurou-se um desvio de - 2,09%.

Rubricas	2015		
	Orçamento	Real	Variação
Gastos e perdas			
CMVMC	0,00	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	740 455,35	721 857,70	-2,51%
Gastos com o pessoal	126 006,90	126 935,70	+0,74%
Imparidade dívidas receber	0,00	137,50	
Outros gastos e perdas	307,29	1 401,55	+356,10%
Gastos de depreciação e amortização	42 437,21	39 012,15	-8,07%
Juros e gastos similares suportados	347,30	53,19	-84,68%
Imposto sobre rendimento período-corrente	233,44	1 361,11	+483,07%
Total	909 787,49	890 758,90	-2,09%

Rubricas	2015		
	2015	2014	Variação
Gastos e perdas			
CMVMC	0,00	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	721 857,70	695 927,28	+3,73%
Gastos com o pessoal	126 935,70	134 837,63	-5,86%
Imparidade dívidas receber	137,50	1 164,97	-88,20%
Outros gastos e perdas	1 401,55	2 739,22	-48,83%
Gastos de depreciação e amortização	39 012,15	38 702,87	+0,80%
Juros e gastos similares suportados	53,19	215,77	-75,35%
Imposto sobre rendimento período-corrente	1 361,11	22 320,33	-93,90%
Total	890 758,90	895 908,07	-0,57%

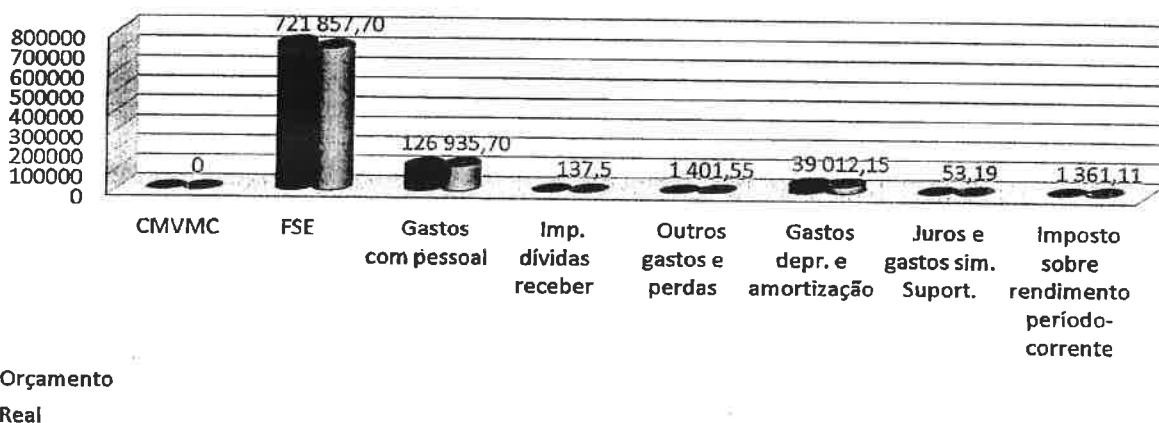
Em comparação a 2014, a rubrica de maior relevância refere-se aos fornecimentos e serviços externos, que aumentaram cerca de 3,73% em 2015.

Este aumento deve-se substancialmente à inclusão dos subcontratos, nomeadamente aquele que se refere à prestação de serviços no segmento dos transportes urbanos, que passou de 408.800,00 € em 2014, para 496.880,00 € em 2015, na medida em que foi acrescentada uma nova linha, sendo necessária mais uma viatura, com os respetivos custos proporcionais.

Ainda na rubrica fornecimentos e serviços externos – serviços especializados, estão contemplados os serviços de um agente de fiscalização das linhas urbanas.

Ainda assim, foi alcançada uma redução nos gastos na ordem dos 0,57% em comparação com o exercício de 2014.

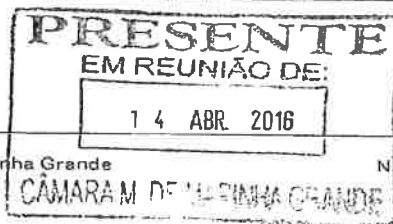
Gastos e perdas - 2015



Resultado

Como consequência dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se em 2015 um resultado líquido de 4.800,42 €, conforme mapa seguinte:

Rubricas	Orçamento	2015	2014
Rendimentos	910.568,99	895.659,32	976.010,76
Gastos	909.787,49	890.758,90	895.908,07
Impostos diferidos		0,00	2.491,72
Resultado Líquido	781,50	4.800,42	77.610,97



8 - Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

Rubricas	2015
Resultados transitados	4 320,00
Reserva legal	480,42
Total	4 800,42

9 - Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

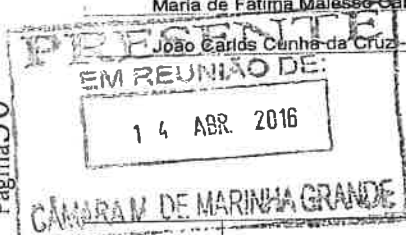
A empresa não tem dívidas à segurança social, assim como não existem dívidas em mora ao Estado.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício:

Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em atos fora do próprio objetivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efetuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

10 - Publicidade de Participação de Acionistas e das Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Entidades	31-12-2015
Participação de acionistas:	
Município da Marinha Grande	100%
Participações detidas por Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização:	
Paulo Jorge Campos Vicente - Presidente	0%
Maria de Fátima Malessa Cardoso - Vogal	0%
João Carlos Cunha da Cruz - Revisor Oficial de Contas	0%



11 – Considerações Finais

Os nossos agradecimentos a todos aqueles que continuam a manifestar confiança na Tumg, em particular aos nossos estimados Utentes. É por eles que se pauta a nossa atividade, é por eles que prosseguimos o objetivo de melhoria contínua na satisfação das suas necessidades.

Gostaríamos ainda de expressar aos Colaboradores da Tumg, o nosso reconhecimento pela sua dedicação, trabalho, empenho e espírito de equipa, sentido de responsabilidade.

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo.

Marinha Grande, 24 de Março de 2016

O Conselho de Administração



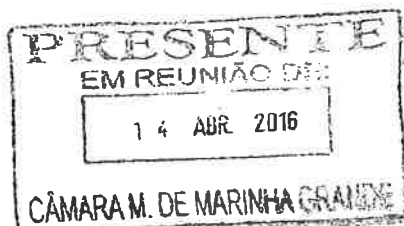
Paulo Jorge Campos Vicente

Presidente



Maria de Fátima Malessa Cardoso

Vogal



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		AUTOS	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	537 115,88	357 589,32
Ativos intangíveis	7	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	26	0,00	0,00
		537 115,88	357 589,32
Ativo Corrente			
Inventários	19	0,00	0,00
Clientes	28.1	6 546,39	5 576,65
Estados e outros entes públicos	31.1	85 136,72	32 891,68
Outras contas a receber	28.1	49 538,50	50 442,36
Diferimentos	31.2	629,82	830,37
Caixa e depósitos bancários	4.2/28.3	528 799,41	427 961,99
		670 650,84	617 703,05
Total do ativo		1 207 766,72	875 292,37
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	31.3	338 000,00	338 000,00
Reservas legais	31.3	34 477,25	26 715,28
Resultados transitados	61.3	271 807,48	201 958,48
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período	31.3	4 800,42	77 610,97
	31.3	649 085,15	644 284,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10/28.4	0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	28.1	198 047,63	124 473,49
Estado e outros entes públicos	31.1	5 350,79	28 934,37
Financiamentos obtidos	10/28.4	0,00	26 276,94
Outras contas a pagar	28.1	353 167,59	49 030,35
Diferimentos	31.2	2 115,56	2 292,49
		558 681,57	231 007,64
Total do passivo		558 681,57	231 007,64
Total do capital próprio e do passivo		1 207 766,72	875 292,37

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Página 32
PRESENTE
 EM REUNIÃO DE:
 14 ABR 2016
 Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande
 CAMARA M. DE MARINHA GRANDE

NIPC 505 849 348

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31-12-2015			
		euros	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	21	468 965,75	475 635,20
Subsídios à exploração	21	423 216,81	449 062,66
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-721 857,70	-695 927,28
Gastos com o pessoal	29	-126 935,70	-134 837,63
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28.2	212,50	-1 164,97
Outros rendimentos e ganhos	21	2 323,99	49 710,72
Outros gastos e perdas	0	-1 401,55	-2 739,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		44 524,10	139 739,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-39 012,15	-38 702,87
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 511,95	101 036,61
Juros e rendimentos similares obtidos	21	702,77	1 602,18
Juros e gastos similares suportados	11	-53,19	-215,77
Resultado antes de impostos		6 161,53	102 423,02
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	26	-1 361,11	-22 320,33
Imposto sobre o rendimento do período - Diferido	26	0,00	-2 491,72
Resultado líquido do período		4 800,42	77 610,97
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) Incluído no resultado líquido do período			

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
14 ABR. 2016
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS ANUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E 2015

EURO

CÂMARA DE MARINHA GRANDE

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital do acionista

DESCRÇÃO	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transladados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DE 2014	338.000,00	0,00	0,00	0,00	22.331,80	0,00	163.188,48	0,00	0,00	0,00	43.183,48	566.673,76	0,00	566.673,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Outras alterações reconhec. no capital próprio					4.383,48		36.800,00				-43.183,48			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											77.610,97			
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Entradas para cobertura de perdas														
POSICÃO NO FIM DE 2014	338.000,00	0,00	0,00	0,00	26.715,28	0,00	201.958,48	0,00	0,00	0,00	77.610,97	644.284,73	0,00	644.284,73
POSICÃO NO INÍCIO DE 2015	338.000,00	0,00	0,00	0,00	26.715,28	0,00	201.958,48	0,00	0,00	0,00	77.610,97	644.284,73	0,00	644.284,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Outras alterações reconhec. no capital próprio					7.761,97		69.849,00				-77.610,97			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											4.800,42			
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO 2015	338.000,00	0,00	0,00	0,00	34.477,25	0,00	271.807,48	0,00	0,00	0,00	4.800,42	649.085,15	0,00	649.085,15

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande

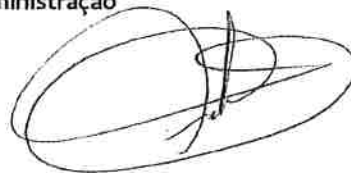
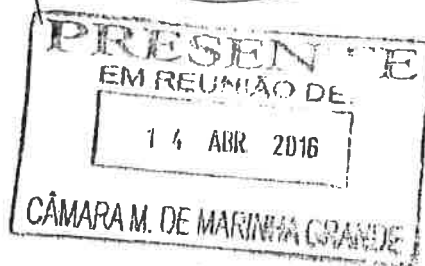
NIPC 505 849 348

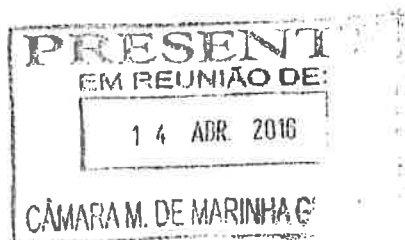
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		898 997,98	991 996,94
Pagamentos a fornecedores		-684 896,91	-751 361,12
Pagamentos ao pessoal		-126 935,70	-137 475,58
Caixa gerada pelas operações		87 165,37	103 160,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-16 273,20	-7 628,60
Outros recebimentos/pagamentos		3 376,76	1 602,18
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		74 268,93	97 133,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		36 763,10	-6 216,20
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		36 763,10	-6 216,20
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-10 141,42	-23 716,43
Juros e gastos similares		-53,19	-215,77
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-10 194,61	-23 932,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		100 837,42	66 985,42
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		427 961,99	360 976,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2/28.3	528 799,41	427 961,99

O Técnico Oficial de Contas

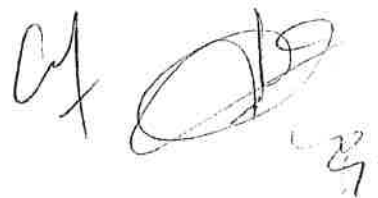


O Conselho de Administração



ANEXO



1 - Identificação da Entidade

1.1. – Designação da Entidade

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, Unipessoal SA

1.2. – Sede

Rua Pereira Crespo, s/n, 2430-246 Marinha Grande

1.3. – NIPC

505 849 348

1.4. – Natureza da Atividade

A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de Novembro de 2001, cujos estatutos foram publicados no DR nº 285 de 10 de Dezembro de 2002.

A Tumg presta serviços de Transportes Públicos de Passageiros e de gestão do estacionamento de duração limitada, na área do Município da Marinha Grande.

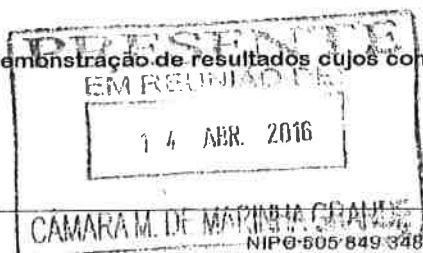
2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no nº 2 do artigo 3º. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2. – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade
No presente período do exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC

2.3. – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior
Não se aplica



2.4. – Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não se aplica

3 - Principais Políticas Contabilísticas

3.1. – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Equipamento Básico	6 Anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 Anos
Outas Instalações de Uso Específico	10 Anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para

operar de acordo com o pretendido pela gestão.

EM REUNIÃO DE:

14 ABR 2016

Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande

NIPC 505 849 348

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo ao ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários

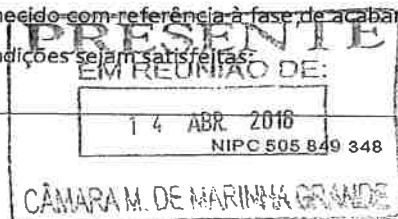
Mercadorias e matérias-primas:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o fifo (First In, First Out), como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecida líquido de imposto, pelo justo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:



- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o Rendimento

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

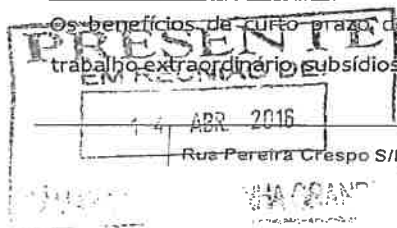
As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “ outras contas a receber e a pagar” e “ deferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.



W
OF
G

As obrigações de correntes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.

4 - Fluxos de Caixa

4.1. - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	560,00	Corresponde ao saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	526 239,41	
Depósitos a prazo	13	2 000,00	
Total		528 799,41	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Tumg.

5 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2015, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

6 - Partes Relacionadas

Não se aplica

7 - Ativos Intangíveis

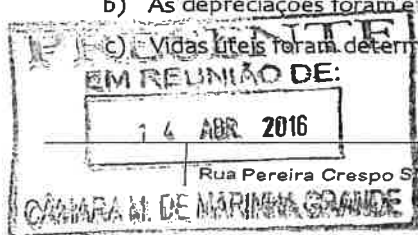
- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Intangíveis						
Descrição	31/12/2014	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	31/12/2015
Ativos Intangíveis						
Programas de Computador	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Depreciações acumuladas	125,00		0,00			125,00
Perdas por imparidade	0,00					
Depreciação acumulada	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 - Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.



A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Tangíveis Brutos						
Descrição	31-12-2014	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf.	31-12-2015
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	19 390,00	0,00		0,00	0,00	19 390,00
Edifícios e Out. Construções	158 524,77	0,00		0,00	0,00	158 524,77
Equipamento Básico	515 779,69	0,00	165 749,70	0,00	0,00	701 529,39
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	64 116,94	0,00	32 789,00	0,00	0,00	96 905,94
Outros ativos Tangíveis	173,36	0,00		0,00	0,00	173,36
Investim. curso Ativos Tangív.	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	757 984,76	0,00	218 538,70	0,00	0,00	976 523,47
Depreciações Acumuladas	400 395,44		39 012,15			439 407,59
Perdas por Imparidade						
Depreciação Acumulada	400 395,44	0,00	39 012,15	0,00	0,00	439 407,59
Ativo Tangível Líquido	357 589,32	0,00	0,00	0,00	0,00	537 115,88

9 - Ativos não correntes detidos para venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Não se aplica

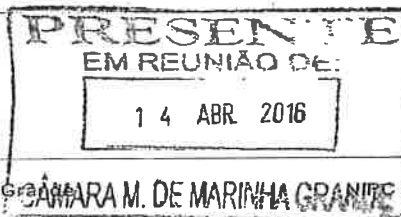
10 - Locações

Locação financeira

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição	Ano 2016	> 1 Ano e = 5 Anos	> 5 Anos	Total
3 Viaturas Pesadas de Passageiros	0,00	0,00	0,00	0,00

A depreciação incidiu sobre o valor de aquisição.



- b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	< 1 Ano	> 1 Ano e = 5 Anos	> 5 Anos	Total
3 Viaturas Pesadas de Passageiros	0,00	0,00	0,00	0,00

Em 31 de Dezembro de 2015, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Descrição	< 1 Ano	> 1 Ano e = 5 Anos	> 5 Anos	Total
3 Viaturas Pesadas de Passageiros	0,00	0,00	0,00	0,00

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

11 - Custo dos Empréstimos Obtidos

O custo dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

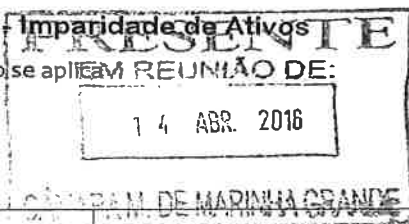
Juros e gastos similares suportados	2015	2014
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	53,19	215,77
Outros		
Total	53,19	215,77

12 - Propriedades de Investimento

Não se aplica

13 - Imparidade de Ativos

Não se aplica



04



14 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

Não se aplica

15 - Concentração de Atividades Empresariais

Não se aplica

16 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Não se aplica

17 - Exploração e Avaliação de Recursos Naturais

Não se aplica

18 - Agricultura

Não se aplica

19 - Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 não haviam existências de mercadorias ou matérias-primas, os inventários da entidade não tinham qualquer valor pelo que o seu detalhe é conforme segue:

Rubricas de Inventários	2015			2014		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida
Matérias-primas, Subsidiárias Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
14 ABR. 2016
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE
NIPC 505-849-348



Quantia de Inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2015		2014	
	Mercadorias	Matérias-Primas Subsid. e Consumo	Mercadorias	Matérias-Primas Subsid e Consumo
Saldo Inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	0,00	58,80
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos do Exercício	0,00	0,00	0,00	58,80

20 - Contratos de Construção

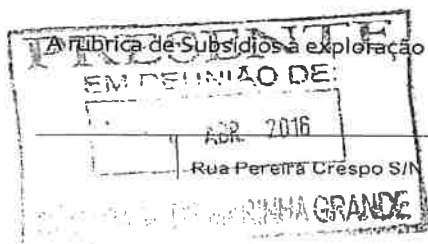
Não se aplica

21 - Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito, reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

Réditos	2015	2014	Varição
Prestação de serviços			
Aluguer de Autocarros	272 551,96	261 119,67	11 432,29
Transportes Públicos de Passageiros	134 905,70	150 229,47	-15 323,77
Estacionamento	59 908,09	63 416,06	-3 507,97
Serviços Secundários	1 600,00	870,00	730,00
Subsídios à exploração			
Contrato Programa	423 216,81	449 062,66	-25 845,85
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	2 323,99	49 710,72	-47 036,73
Juros			
Depósitos bancários	702,77	1 602,18	-899,41
Total	895 209,32	976 010,76	-80 451,44

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2015 e 2014, são provenientes de:



Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande

NIPC 505 849 348

Subsídios à exploração	2015	2014
Contrato-Programa	423 216,81	449 062,66
Total	423 216,81	449 062,66



Na medida em que o transporte de passageiros constitui um serviço de interesse geral, da adoção de preços sociais decorrem receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais, pois parte dos nossos Utentes (jovens e idosos) usufrui de passes subvencionados. Assim sendo, o valor do subsídio à exploração que nos permitirá fazer face aos custos da atividade de transportes urbanos de passageiros, resulta assim do valor estimado relativo à adjudicação do serviço, com redução de meios operacionais, dos cálculos efetuados com base no sistema de contabilidade analítica e da projeção de custos com a exploração direta da atividade.

No que se refere às receitas próprias da atividade, o valor considerado resulta do valor previsto à data de 31 de dezembro de cada ano, com projeção da informação contabilística apurada a 30 de setembro.

Em virtude dos valores dos custos e proveitos de cada uma das linhas serem distintos, dependendo dos recursos afetos a cada uma e da consequente procura, os gastos foram calculados a partir do sistema de contabilidade analítica da empresa, que espelham o desenvolvimento da atividade a preços de mercado, projetados à data de 31 de dezembro, com o cálculo do custo expetável do investimento em curso.

22 - Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes

Não se aplica

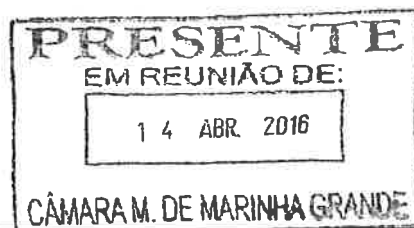
23 - Subsídio do Governo e Apoios do Governo

Não se aplica

24 - Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Não se aplica

25 - Acontecimentos após a data do Balanço



As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Março de 2016.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

26 - Impostos Sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 podem ser detalhadas como segue:

A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é como segue:

Imposto sobre o Rendimento	2015	2014
Resultados antes de impostos	6 161,53	102 423,02
Taxa nominal de imposto		
Taxa nominal de imposto	22,09%	24,50%
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	1 361,11	22 320,33
Imposto diferido	0,00	2 491,72
Total	1 361,11	24 812,05

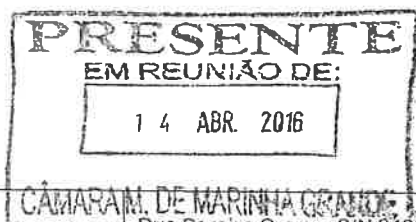
27 - Matérias Ambientais

Não se aplica

28 - Instrumentos Financeiros

28.1. – Fornecedores/Clientes/Outras Contas a Receber e a Pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:



Uf



Ativos e passivos correntes	2015			2014		
	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total
Ativos						
Clientes	12 215,77	5 669,38	6 546,39	11 458,53	5 881,88	5 576,65
Outras contas a Receber	49 538,50	0,00	49 538,50	50 442,36	0,00	50 442,36
Total do Ativo	61 754,27	5 669,38	56 084,89	61 900,89	5 881,88	56 019,01
Passivos						
Fornecedores	198 047,63	0,00	198 047,63	124 473,49	0,00	124 473,49
Outras Contas a Pagar	353 167,59	0,00	353 167,59	49 030,35	0,00	49 030,35
Total do Passivo	551 215,22	0,00	551 215,22	173 503,84	0,00	173 503,84

28.2. – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades Acumuladas de acordo com a Antiguidade dos Valores em Dívida	Dívida de Clientes	Perdas por Imparidade Acumul. das Dívidas dos Clientes	%
Mora mais de 24 Meses	5 669,38	5 669,38	100%
Total	5 669,38	5 669,38	

28.3. – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	2015	2014
Ativos		
Caixa	560,00	560,00
Depósitos à ordem	526 239,41	325 401,99
Outros depósitos bancários	2 000,00	102 000,00
Total	528 799,41	427 961,99

Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
14 ABR. 2016
NIPC 505 849 348
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

28.4. – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de «Financiamentos obtidos», por via da locação financeira (ver nota 10), apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	2015		2014	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Locação Financeira				
Caixa Leasing	0,00	0,00	26 276,94	0,00
Total	0,00	0,00	26 276,94	0,00

O único financiamento obtido por locação financeira foi totalmente amortizado em 20 de dezembro de 2015.

29 - Benefícios de Empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2015	2014
Remunerações	101 207,69	107 260,29
Encargos sobre remunerações	22 311,46	23 326,78
Seguros de acidentes de trabalho	2 018,59	1 946,55
Outros gastos	1 397,96	2 304,01
Total	126 936,70	134 837,63

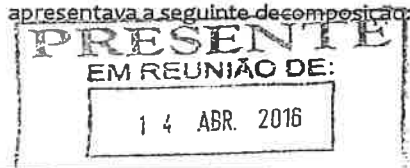
30 - Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Não se aplica

31 - Outras Informações

31.1. – Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “ Estado e outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:



Handwritten signature

Estado e outros Entes Públicos	2015	2014
	Corrente	Corrente
Ativos		
Imposto sobre o Rendimento - Pagamento por Conta	16 273,20	5 430,36
Imposto sobre o rendimento pagamento especial por conta	0,00	1 797,70
Retenções de imposto sobre o rendimento	175,67	400,54
Imposto sobre o Valor Acrescentado a Recuperar	68 687,85	25 263,08
Total	86 136,72	32 891,68
Passivos		
Imposto sobre o Rendimento Estimado	1 361,11	22 320,33
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	1 347,93	1 276,26
Imposto sobre o Valor Acrescentado a Pagar	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	1 753,86	1 715,78
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	887,89	3 622,00
Total	5 360,79	28 934,37

Handwritten signature

31.2. – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2015	2014
	Corrente	Corrente
Ativos		
Gastos a Reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	629,82	830,37
Seguros	0,00	0,00
Total	629,82	830,37
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	2 115,56	2 292,49
Total	2.115,56	2 292,49

31.3. – Capitais próprios

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
14 ABR 2016
NIPC 505 849 348
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Capitais Próprios	2015	2014
Capital próprio		
Capital Realizado	338 000,00	338 000,00
Reservas Legais	34 477,25	26 715,28
Resultados Transitados	271 807,48	201 958,48
Resultado Líquido do Período	4 800,42	77 610,97
Total	649 085,16	644 284,73

PRESENTE

EM REUNIÃO DE:

14 ABR 2016

31.4. Informação sobre as situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º

50/2012, de 31 de Agosto

Conforme se demonstra no quadro seguinte, nos três últimos exercícios não se verificam nenhuma das situações referidas nas alíneas a) a d):

Lei n.º 50/2012	2012	2013	2014
Alínea a):			
Vendas/Prestação de Serviços	654.371,84 €	498 850,11 €	475 635,20 €
Gastos Totais	1.038.244,38 €	839 246,56 €	873 587,74 €
% (V+PS/Gastos Totais)	63%	59%	54%
Alínea b):			
Subsídios	305.425,00 €	395 177,16 €	449 062,66 €
Receitas Totais	987.481,47 €	898 546,25 €	976 010,76 €
% (Subsídios/Receitas Totais)	31%	44%	46%
Alínea c):			
Resultado Operacional	- 62.843,10 €	55 481,76 €	101 036,61 €
Alínea d):			
Resultado Líquido	- 40.205,38 €	43 183,48 €	77 610,97 €

31.5 - Divulgação Relevante para compreensão dos resultados

Foi contabilizado no exercício de 2015, um acréscimo de proveitos no montante de 1.351,30 €, o qual configura uma penalidade contratual que a TUMG aplicou à empresa "Ovnitur - Agencia de Viagens e Turismo, Lda." na sequência dos incumprimentos detetados e comprovados no âmbito da prestação do serviço dos transportes urbanos, nos termos da cláusula 7.ª do contrato firmado entre ambas as empresas.

Marinha Grande, 24 de Março de 2016

TOC nº 10 677



Fernando J Carvalho

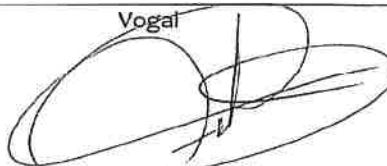
Conselho de Administração

Presidente

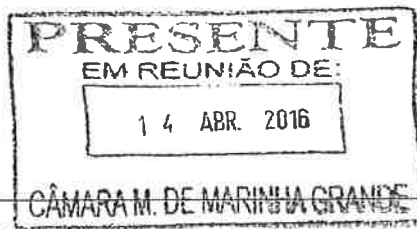


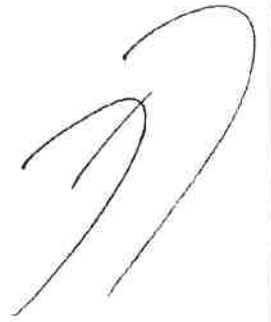
Paulo Jorge Campos Vicente

Vogal



Maria de Fátima Malessa Cardoso





**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2015**

Exmo. Accionista Único

da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA

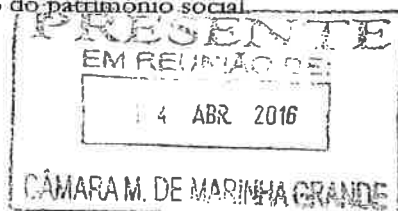
De acordo com o disposto alínea j) do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e no cumprimento das funções de Fiscal Único da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da sociedade, averiguamos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da sociedade, procedemos à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como à verificação dos valores patrimoniais da empresa e por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, efectuamos testes por amostragem às transacções e saldos e levamos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e, com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

1

O Relatório de Gestão traduz a actividade desenvolvida neste exercício e a evolução previsível dos negócios da sociedade. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem o resultado das operações da sociedade e os seus fluxos de caixa.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo e conduzem a uma adequada avaliação do património social.



Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual consideramos parte integrante deste relatório.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da empresa, pelo que formulamos o seguinte parecer:

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Accionista Único,

Procedemos à acção fiscalizadora de TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, nos termos do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

- a) Merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2015;
- b) Merece aprovação a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- c) Procedam à apreciação da Administração e Fiscalização da sociedade.

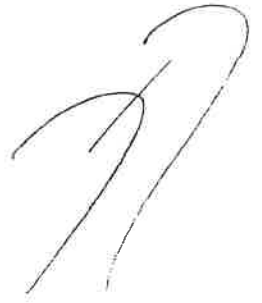
2

Marinha Grande, 31 de Março de 2016

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda
SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução:

1. Examinamos as demonstrações financeiras da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 1.207.766,72 euros e um total de capital próprio de 649.085,15 euros, incluindo um resultado líquido de 4.800,42 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa, do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades:

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

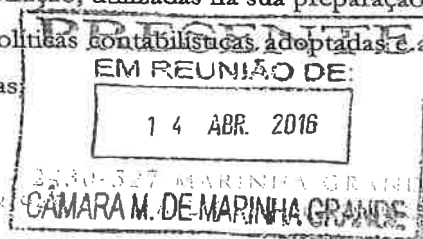
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

1

Âmbito:

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com o os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais:

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

2

Marinha Grande, 31 de Março de 2016

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz – SROC n.º 1228

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
MAR 2016